

LEI ORDINÁRIA Nº 1749, DE 02 DE MAIO DE 2023.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Cooperação com a Associação de Amparo ao Idoso Monte Moriá e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus vereadores aprovou a presente Lei:

Art. 1º. Em conformidade com o permissivo estabelecido nos artigos 196 e 197 da Constituição Federal, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação de Amparo ao Idoso Monte Moriá, entidade sem fins lucrativos e de utilidade pública municipal, constituída no dia 14 de abril de 2014, inscrita no CNPJ número 20.906.866/0001-73, situada na Rua Joaquim Emídio Ferreira, 40, Bairro Areado, cidade de Lajinha/Minas Gerais, pelo período compreendido entre o 1º (primeiro) dia do mês de abril de 2023 aos 30 (trinta dias do mês de abril de 2024).

Art. 2º. Para atender os objetivos do termo de colaboração de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação de Amparo ao Idoso Monte Moriá no valor de R\$28.000,00 (vinte e oito mil reais).

§1º. O pagamento será efetuado por repasse mensalmente, iniciando-se em 10 (dez) dias do mês de abril de 2023 e findando-se em 10 (dez) dias do mês de março de 2024.



§2º. O auxílio financeiro de que trata o caput deste artigo destina-se, exclusivamente, à cooperação técnica e administrativa para custeio das seguintes despesas:

- I. Aluguel e manutenção de instalações adequadas e todos os serviços para o acolhimento integral de até 14 crianças/adolescentes;
- II. Alimentação de até 14 crianças/adolescentes;
- III. Dormitório com capacidade de até 14 crianças/adolescentes;
- IV. Equipe Multidisciplinar que compreende: 01 coordenar; 01 secretário; 08 cuidadores; 01 enfermeiro; 02 auxiliares de serviços gerais; 01 assistente social; 01 psicólogo.

§3º. A entidade deverá prestar contas dos recursos recebidos, na forma da legislação vigente, na periodicidade mensal.

§4º. A rejeição de contas implica em devolução da importância repassada.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias previstas no orçamento municipal vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 19 de abril de 2023.

Art. 5º. Revogas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (27/04/2023).

ALEXANDRE DAMON DE SOUZA SILVA
Presidente

SANCIONADA PELO PREFEITO MUNICIPAL JOÃO ROSENDO AMBRÓSIO DE
MEDEIROS EM 02/05/2023.

